



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013414-43.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Lotação**
 Requerente: **Nilmara Helena Spressola**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada por **NILMARA HELENA SPRESSOLA** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, alegando, em síntese, que é Professora Educação Infantil I, inicialmente com sede no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Caminhada com Jesus e que, em 2013, solicitou pedido de afastamento – Licença sem Vencimentos para estudo, sendo que, em julho de 2014, o CEMEI Caminhada de Jesus foi fechado e as professoras e educadoras que tinham sede na unidade fechada passaram a ter sede no CEMEI Pedro Pucci, tendo seus pontos de casa também computados na nova unidade. Aduz que o docente que solicita remoção perde a pontuação referente ao tempo de aulas na sua sede e que perdeu a pontuação que acumulou em sua sede, contudo não houve pedido de remoção, mas sim fechamento de sua sede. Afirma que foi obrigada a participar da remoção por "não ter sede" e que a remoção não descrita na Portaria nº 1603/2013 quando do pedido de afastamento e também não descrita na portaria quando acontece o retorno. Requer a procedência do pedido para que seja determinada a restituição da pontuação.

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 41/42).

Citado (fls. 49), o Município de São Carlos apresentou contestação. Sustenta que o afastamento autorizado, a partir de 1 de julho de 2013, permitia à autora a licença com prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens e que, nesta situação, não podia a autora obter a vantagem de remover-se compulsoriamente para a unidade mais próxima carregando os pontos da unidade escolar anterior, conforme Portaria nº 756, de 17 de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

outubro de 2014. Requer a improcedência do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

O pedido não merece acolhimento.

Por meio da Portaria 1249/2013, teve a autora seu pedido de afastamento autorizado com prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens (fls. 57). Desse modo, já não mais participava dos processos de Remoção e Atribuição ao final do ano de 2013.

O encerramento das atividades do CEMEI Caminhada de Jesus se deu no período em que a autora encontrava-se em licença sem vencimentos e demais vantagens, não podendo, dessa maneira, exigir que os seus "pontos de casa" relativos à referida CEMEI lhe sejam atribuídos.

De fato, a condição de afastada com prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, não permitia à autora enquadrar-se nas mesmas condições dos demais professores.

A Secretaria de Educação (fls. 40), com o cancelamento do afastamento da autora, procedeu de acordo com a determinação na portaria de remoção vigente naquela data, Portaria nº 756, de 17 de outubro de 2014.

Dispõe o artigo 21, § 1º e 2º da referida portaria:

"Art. 21: aos docentes que nas datas das atribuições de turmas, classe e/ou aulas, encontrarem-se fora da atividade de sala de aula por motivo de licença sem vencimentos ou em readaptação, continuarão na situação vigente até que retornem às suas funções contratuais.

§ 1º: Deverão inscrever-se anualmente para o processo de atribuição de classes e/ou aulas, exclusivamente para efeito de classificação, computando apenas tempo na rede pública municipal;

§ 2º Encerrado o período de licença sem vencimentos ou readaptação, após as atribuições, o docente prestará serviço onde se faça necessário, por determinação da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Secretaria Municipal de Educação, até o final do ano vigente".

Nota-se, portanto, que a administração pública, no caso em questão, agiu dentro da legalidade, aplicando o quanto disposto na Portaria 756 de 17 de outubro de 2014.

No mais, mostra-se absolutamente possível a aplicação da referida portaria, não se vislumbrando, na hipótese, ilegalidade ou inconstitucionalidade de referido ato administrativo, já que não colide com a lei editada pelo poder público, tendo a função apenas de melhor explicita-la.

Assim, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, **JULGO** o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** o pedido, com fulcro no art. 487, I, do CPC. **CONDENO** a autora ao pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), observando-se, contudo, a regra prevista no artigo 98¹, parágrafo 3.º, do mesmo código, por ser beneficiária da gratuidade da justiça.

P. I.

São Carlos, 25 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
 (...)

§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.